

GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LA FAIETE PROCURADORIA GERAL

Conselheiro Lafaiete, 16 de maio de 2

Oficio nº: 135/2024/PMCL/PROC

Referência: Encaminha Mensagem de Emenda

Senhor Presidente, Senhores Vereadores,

A Procuradoria Municipal, vem, com o devido respeito, encaminhar à Mesa Legislativa Mensagem de Emenda ao Projeto de Lei Complementar nº 006-E/2024 que:

DESAFETA ÁREA E AUTORIZA O MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE A CONCEDER DIREITO REAL DE USO DE IMÓVEIS DE SUA PROPRIEDADE A ENTIDADES DECLARADAS DE UTILIDADE PÚBLICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Ao ensejo reiteramos reconhecimento de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Marina Mendes de Oliveira Sallum Coordenadora de Legislação

Exmº Sr Washington Fernando Bandeira Presidente da Câmara Municipal do Município de Conselheiro Lafaiete



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE GABINETE DO PREFEITO



Conselheiro Lafaiete, 15 de maio de 2024.

MENSAGEM DE EMENDA AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 006-E/2024.

Exmo. Sr.

Presidente da Câmara Municipal

O Prefeito Municipal de Conselheiro Lafaiete, Mário Marcus Leão Dutra, no uso de suas atribuições contidas na Lei Orgânica Municipal, artigo 160, §5° e conforme previsão do artigo 242, §2° do Regimento Interno da Egrégia Câmara Municipal, encaminha proposta de alterações ao Projeto de Lei Complementar nº 006-E/2024 de DESAFETA ÁREA E AUTORIZA O MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE A CONCEDER DIREITO REAL DE USO DE IMÓVEIS DE SUA PROPRIEDADE A ENTIDADES DECLARADAS DE UTILIDADE PÚBLICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

As alterações propostas visam aperfeiçoar a redação do projeto.

Após análise do Projeto de Lei em tela, observamos a necessidade de adequação dos artigos que seguem, para melhor compreensão da Lei que se pretende ver aprovada, Para tanto, encaminhamos a proposta de alteração que segue:

PROPOSTA DE ALTERAÇÃO

PROPOSTA DE EMENDA Nº <u>O</u>∫

O *caput* do art. 4°, do Projeto de Lei Complementar n° 006-E/2024, passa a viger com a seguinte redação:

"Art. 4º - O prazo da concessão será de 20 (vinte) anos, a contar da assinatura do Termo de Concessão de Direito Real de Uso, renovado por iguais períodos sucessivos.

(.....)"

PROPOSTA DE EMENDA Nº 02

O *caput* do art. 5°, do Projeto de Lei Complementar n° 006-E/2024, passa a viger com a seguinte redação:



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE GABINETE DO PREFEITO

"Art. 5° - A entidade beneficiada deverá providenciar, às suas expensas, em até 186 (cento e oitenta) dias após a assinatura do Termo de Concessão de Direito Real de
Uso, a lavratura da escritura de concessão de direito real de uso.
()"

PROPOSTA DE EMENDA № 03

O caput do art. 6°, do Projeto de Lei Complementar n° 006-E/2024, passa a viger com a seguinte redação:

"Art. 6° - Art. 6° - A entidade beneficiada deverá iniciar seu projeto de implantação no prazo máximo de 01 (um) ano e termina-lo no prazo máximo de 03 (três) anos, contados, em ambos os casos, a partir da assinatura do Termo de Concessão de Direito Real de Uso, sob pena de reversão em prol do Município, bem como todas as benfeitorias que a entidade vier a edificar no terreno.

(.....)"

Assim, as alterações propostas importam em modificação que condiz com a aplicabilidade da norma em relação as propostas do projeto de lei em análise, a qual, estamos remetendo a Egrégia Casa Legislativa para competente deliberação.

Ao ensejo, reiteramos reconhecimento de elevada estima e distinta consideração a toda Edilidade.

Respeitosamente,

Mário Marcus Leão Dutra Prefeito Municipal

> Joreetino de Oliveira Procurador Geral